

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.426.362 - PR (2019/0004221-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **EVONI MIRON KNACK**  
**ADVOGADO** : **CLÓVIS PINHEIRO DE SOUZA JUNIOR E OUTRO(S) - PR016746**  
**AGRAVANTE** : **VALDIRENE APARECIDA DIAS MOURA**  
**AGRAVANTE** : **IRAI APARECIDO DE AZEVEDO DE MOURA**  
**ADVOGADO** : **HYON JIN CHOI - PR044695**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS MATRIZ**  
**AGRAVADO** : **HDI SEGUROS S.A**  
**ADVOGADOS** : **IZABELA CRISTINA RÜCKER CURI BERTONCELLO E OUTRO(S)**  
- **PR025814**  
**FERNANDO TRINDADE DE MENEZES - PR049826**

**DECISÃO**

1. Trata-se de agravo interposto por EVONI MIRON KNACK, contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado com fulcro no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 1170-1172):

APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO POR DANOS EMERGENTES, LUCROS CESSANTES, DANOS MORAIS E DANOS ESTÉTICOS. AVANÇO DE PREFERENCIAL. CULPA EXCLUSIVA DO RÉU. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA.

APELAÇÃO (1) DOS AUTORES. LUCROS CESSANTES DEVIDOS ENTRE A DATA DO ACIDENTE E A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. ADSTRIÇÃO AO PEDIDO RECURSAL. APURAÇÃO EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PIOR ARBITRAMENTO. ART. 509, INCISO I E ART. 510 DO CPC/15. DANOS ESTÉTICOS. AUSÊNCIA DE PROVA DO COMPROMETIMENTO DA IMAGEM DO OFENDIDO. DANOS EMERGENTES. DESPESAS REALIZADAS POR TERCEIROS ALHEIOS AO PROCESSO. RESTITUIÇÃO INDEVIDA. RECURSO (1) A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

APELAÇÃO (2) DO RÉU. MÉRITO. CULPA EXCLUSIVA DO CONDUTOR QUE AVANÇA A PREFERENCIAL EM CRUZAMENTO SINALIZADO.

ABALROAMENTO TRANSVERSAL COM MOTOCICLETA QUE CONDUZIA NA VIA PREFERENCIAL. DESATENÇÃO AO DEVER DE CUIDADO. ART. 44 DO CTB. EXCESSO DE VELOCIDADE NÃO COMPROVADO. CULPA EXCLUSIVA DAS VÍTIMAS AFASTADA. DANOS EMERGENTES. DESPESAS MÉDICAS E ODONTOLÓGICAS COMPROVADAS E QUE GUARDAM RELAÇÃO COM O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DANOS MORAIS. VÍTIMAS QUE SOFRERAM LESÕES CORPORAIS.

NECESSIDADE DE INTERNAMENTO HOSPITALAR,

SUBMISSÃO A CIRURGIAS E AFASTAMENTO DAS ATIVIDADES LABORAIS.

TRANSTORNOS QUE EXTRAPOLAM A NOÇÃO DE MEROS DISSABORES COTIDIANOS.

REPARAÇÃO DEVIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO. CRITÉRIO BIFÁSICO. VALOR ADEQUADO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DOS AUTOS. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. 1 RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SÚMULA 54 DO STJ. RECURSO (2) A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

APELAÇÃO (3) DA LITISDENUNCIADA.

EMBRIAGUEZ DO RÉU EVIDENCIADA PELO CONJUNTO PROBATÓRIO. ART. 277 DO CTB E ART. 2º DA RESOLUÇÃO Nº 206/2006 DO CONTRAN. CAUSA DETERMINANTE PARA A OCORRÊNCIA DO SINISTRO. AGRAVAMENTO DO RISCO. ART. 768 DO CC/02. VEÍCULO QUE INVADIU A PREFERENCIAL. NEXO DE CAUSALIDADE DEMONSTRADO. NEGATIVA DE COBERTURA NÃO ABUSIVA. SENTENÇA REFORMADA. REDISTRIBUIÇÃO DAS VERBAS SUCUMBENCIAIS. RECURSO (3) A QUE SE DÁ PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração pela parte recorrida (fls. 1210-1218), foram rejeitados (fls. 1224-1235).

Nas razões do recurso especial (fls. 1238-1252), além de divergência jurisprudencial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 373, I e II, do Código de Processo Civil, arts. 186, 787, 927, 944, *caput* e parágrafo único, do Código Civil, e art. 277, § 3º, do Código de Trânsito Brasileiro.

Em apertada síntese, sustenta que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, pois conduzia a motocicleta em velocidade acima da permitida para o local.

Alega que não pode haver cumulação de pagamento de lucros cessantes com auxílio-doença, pois configuraria recebimento *bis in idem*.

Argumenta que não pode ser afastada obrigação da Recorrida Segurada em pagar pelos danos sofridos pelo Recorrido, posto que não comprovado o estado de embriaguez do Recorrente, já que é imprescindível a existência de prova de que a ocorrência do sinistro se deu em virtude da ingestão de bebida alcoólica, não bastando a mera presunção.

Subsidiariamente, requer a redução do valor da indenização por danos morais.

Contrarrazões ao recurso especial às fls. 1298-1307 e 1309-1318.

É o relatório.

DECIDO.

2. Ao analisar a demanda, à vista dos elementos fático-probatórios constantes nos autos, a Corte de origem assentou a respeito da responsabilidade civil pelo acidente em questão (fls. 1181-1185):

19. Nada obstante, do conjunto probatório resta incontroverso que a

preferencial era dos autores (V2), que transitavam pela Av. dos Estados e foram surpreendidos com a travessia do réu (V1), o qual, advindo do cruzamento com a Rua Venâncio Smania, adentrou inadvertidamente na via preferencial, causando a colisão.

20. Conforme teor do art. 44 do Código de Trânsito Brasileiro, antes de atravessar um cruzamento preferencial devidamente sinalizado, ao qual é dada prioridade absoluta de passagem, deve o motorista certificar-se sobre a possibilidade de realizar a travessia com segurança, levando em consideração a posição, a direção e a velocidade dos demais veículos existentes no local. Confira-se:

"Art. 44. Ao aproximar-se de qualquer tipo de cruzamento, o condutor do veículo deve demonstrar prudência especial, transitando em velocidade moderada, de forma que possa deter seu veículo com segurança para dar passagem a pedestre e a veículos que tenham o direito de preferência".

21. Ressalte-se que o laudo:, pericial apresentado pelo réu às fls. 581/644 - no qual consta que a motocicleta dos autores trafegava em velocidade acima da permitida para o local, bem como que o condutor operou manobra indevida à esquerda, causando a colisão - consiste em documento unilateral e impugnado pelos requerentes (fls. 778/789). Além disso, oportunizada a dilação probatória, o requerido dispensou a produção da prova pericial, do que não se desincumbiu do ônus probatório que lhe competia (art. 333, II, CPC/73).

22. Assim, é de se concluir que os autores lograram demonstrar que o réu atravessou a via preferencial sem atentar às cautelas necessárias. Este, por sua vez, não se desincumbiu do seu ônus probatório, na medida em que não produziu prova inequívoca do alegado excesso de velocidade desenvolvido pelos requerentes, não sendo verossímeis as conclusões do laudo pericial unilateral acostado pelo réu, do que resulta sua culpa exclusiva para o evento.

[...]

24. Considerando que o réu atuou de forma primária à ocorrência do acidente, em manifesta afronta ao art. 44 do CTB, e à falta de prova com grau preponderante acerca do aventado excesso de velocidade do autor, é de ser mantida a sentença quanto ao reconhecimento da culpa exclusiva do réu pelo acidente de trânsito.

A convicção a que chegou o acórdão de que o acidente foi causado por culpa do réu, ora recorrente, decorreu da análise do conjunto fático-probatório, e o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do mencionado suporte, obstando a admissibilidade do especial à luz do enunciado 7 da Súmula desta Corte.

3. De outra parte, acerca dos lucros cessantes, a Corte de origem consignou (fls. 1188-1191):

36. Insurgem-se os autores alegando que o acidente ocorreu em 10/10/2009 e o benefício previdenciário apenas foi concedido em 19/07/2011, no valor mensal de R\$ 744,00' (setecentos e quarenta e quatro reais). Assim, entendem fazer jus à indenização pelo período de 21 (vinte e um) meses em que o benefício não foi pago, perfazendo o total de R\$ 15.624,00 (quinze mil seiscentos e vinte e quatro reais).

37. Das provas carreadas aos 'autos, é incontroverso que os autores

sofreram lesões corporais em decorrência do acidente de trânsito, ficando impossibilitados de trabalhar por certo período de tempo. Assim, é devida a reparação correspondente, conforme determina o art. 402 do CC/02: "Art. 402. ' Salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidas ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar".

38. Atente-se que o valor devido a título de lucros cessantes deverá corresponder à quantia que os requerentes efetivamente deixaram de auferir no período em questão, não correspondendo necessariamente ao valor do benefício previdenciário de R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais), por pautarem-se em bases de cálculo distintas.

39. Outrossim, demonstrado o prejuízo alegado (an debeatur), é possível a apuração do valor correspondente (quantum debeatur) em fase de liquidação da sentença, conforme jurisprudência desta Câmara Cível:

[...]

40. Por consequência, e em atenção à adstrição ao pedido recursal, **são devidos lucros cessantes entre a data do acidente (10/10/2009) e a data da concessão do benefício previdenciário (19/07/2011)**, conforme documentos a serem oportunamente apresentados em liquidação de sentença por arbitramento (art. 509, I e art. 510 do CPC/15) e individualizados a cada um dos requerentes, a incidir correção monetária pela média do INPC/IGP-DI e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos contados da data em que a remuneração deixou de ser recebida pelos autores, cuja quantia será igualmente apurada em fase de liquidação.

Desse modo, observa-se que os argumentos suscitados pela parte recorrente com relação à ocorrência de *bis in idem* encontram-se dissociados do quanto decidido pelo Tribunal de origem, na medida em que o acórdão dispôs expressamente que os lucros cessantes serão devidos entre a data do acidente e a data da concessão do benefício previdenciário, revelando deficiência na fundamentação do especial, a impedir a exata compreensão da controvérsia.

É pacífico o entendimento desta Corte de Justiça no sentido de ser inadmissível o recurso especial que apresenta razões dissociadas do quadro fático e das premissas jurídicas expostos no acórdão recorrido. Incide, portanto, a Súmula 284/STF nesse ponto.

4. Por seu turno, no que se refere à lide secundária referente a cobertura securitária, o Tribunal local assentou (fls. 1196-1202):

57. Consta do boletim de ocorrência que o réu "estava em visível estado de embriaguez alcoólica, com odor etílico e cambaleando, mas recusou-se a fazer o teste do bafômetro, foi então encaminhado à delegacia para providências, foi lavrado termo de constatação de embriaguez e a notificação no art. 165 do CTB" (fl. 100).

58.: Como se nota, logo após o sinistro, e com a chegada dos policiais o réu se recusou a realizar o teste de bafômetro.

Diante da recusa, a autoridade policial constatou a embriaguez com base na aparência do condutor, o qual apresentava hálito etílico e andar cambaleante.

59. Com efeito, as cláusulas da apólice definem que não haverá

cobertura securitária quando o condutor do veículo estiver sob influência de bebida alcoólica. Não exige o contrato qualquer consentimento para que haja exclusão da cobertura, conforme se observa a seguir (fls. 443/444):

"13. Perda de Direitos Além dos casos previstos em lei, a HDI Seguros ficará isenta de quaisquer obrigações decorrentes desta apólice se:

e) o veículo estiver sendo conduzido por pessoa que esteja sob a ação do álcool, de drogas ou entorpecentes de uso fortuito, ocasional ou habitual, quando da ocorrência do sinistro, desde que a HDI Seguros comprove que o sinistro ocorreu devido ao estado de embriaguez do condutor. Estai hipótese de Perda de Direitos aplica-se em qualquer situação, abrangendo não só os atos praticados pelo Segurado, mas também os praticados por toda e qualquer pessoa que estiver dirigindo o veículo, com ou sem consentimento do Segurado, exceto quando houver ocorrência de roubo ou furto".

'60. Extraí-se, portanto, que o segurado tinha conhecimento prévio das condições de exclusão da cobertura, inclusive no caso de conduta em estado de embriaguez ou sob o uso outro entorpecente, de modo que inexistia qualquer violação; ao direito de informação.

61. Ademais, da dinâmica do acidente observa-se que quem invadiu a preferencial foi o veículo do réu, circunstância que, associada à embriaguez do condutor, afastam a cobertura do seguro, nos termos o art. 768 do Código Civil:

[...]

66.. Desse modo, é de se concluir que o réu contribuiu para o agravamento dos riscos cobertos pelo seguro, o que leva à exclusão da responsabilidade da seguradora ao pagamento das indenizações devidas aos autores, tendo em vista que o contrato de seguro possui cláusula obstativa expressa, cuja legalidade de exigência decorre de ilicitude da conduta do condutor que dirigiu o veículo sob efeito de álcool, em desacordo com a legislação de trânsito.

Constata-se que o acórdão, para negar a cobertura securitária, se baseou na existência de elementos fático-probatórios que demonstram ter sido a embriaguez do condutor a causa determinante do sinistro. Assim, inviável a alteração da conclusão do Tribunal de origem quanto ao tema, pois, para tanto, seria necessário reexaminar fatos e provas, providência vedada a esta Corte, de acordo com a Súmula n. 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CONTRATO DE SEGURO. CONDUTOR DO VEÍCULO. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE. AGRAVAMENTO DO RISCO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUÍZO DE RETRATAÇÃO NO AGRAVO INTERNO.

1. É firme a jurisprudência de ambas as turmas da Segunda Seção de que a embriaguez, em sendo causa determinante do sinistro, agrava intencionalmente o risco contratado, não se restringindo aos casos em que o próprio segurado se encontra alcoolizado, devendo abranger, também, os condutores principais (familiares, empregados, prepostos

etc) que estejam na direção do veículo, haja vista a violação do dever de vigilância e de escolha adequada a quem confia a prática do ato, seja por o dolo ou culpa grave do segurado.

2. É ônus da seguradora a prova da alcoolemia do condutor do veículo, que, uma vez demonstrada, ensejará a presunção relativa de que o risco da sinistralidade foi agravado (CC, art. 7568). Tal suposição será afastada, tornando devida a indenização securitária, caso o segurado demonstre que o infortúnio ocorreria independentemente do estado de embriaguez (v.g., culpa do outro motorista, falha do próprio automóvel, imperfeições na pista, animal na estrada).

3. Na hipótese, entender de forma diversa do acórdão recorrido para concluir que a agravada/Segurada estava junto com o terceiro quando do sinistro (e que não teriam qualquer vínculo); que o condutor do veículo não estava embriagado no momento do acidente; que essa condição não teria sido determinante para o agravamento do risco; e que o infortúnio iria ocorrer independentemente do referido estado de alcoolemia, demandaria o revolvimento fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súm 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no REsp 1631270/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DETERMINANTE. AGRAVAMENTO DO RISCO. REEXAME DE CLÁUSULAS DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7/STJ).

2. No caso concreto, o Tribunal de origem examinou a prova dos autos, para concluir que o condutor do veículo estava embriagado no momento do sinistro, e que essa condição foi determinante para o agravamento do risco e a ocorrência do acidente de trânsito. Alterar esse entendimento é inviável em recurso especial.

3. Conforme entendimento do STJ, se a embriaguez do segurado for causa determinante do sinistro, ele deixa de fazer jus à indenização securitária, ante o agravamento do risco contratado.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1231531/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 19/11/2018, DJe 22/11/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. SEGURO DE AUTOMÓVEL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CAUSA DETERMINANTE DO SINISTRO. AGRAVAMENTO DIRETO DO RISCO OBJETO DO CONTRATO. INVERSÃO DO JULGADO. VEDAÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Consoante o art. 768 do Código Civil, "o segurado perderá o direito à garantia se agravar intencionalmente o risco objeto do contrato". Logo, somente uma conduta imputada diretamente ao próprio segurado e que, por culpa ou dolo, agrave o risco contratado dá azo à perda da

indenização securitária.

2. Com relação especificamente ao seguro de automóvel e à embriaguez ao volante, não basta a constatação de que o condutor ingeriu bebida alcoólica para afastar o direito à garantia. Deve ser demonstrado que o agravamento do risco objeto do contrato se deu porque o segurado estava em estado de ebriedade, e essa condição foi causa determinante para a ocorrência do sinistro, ou porque permitiu que o veículo segurado fosse conduzido por pessoa embriagada. Nessa última hipótese, todavia, a responsabilidade do segurado esgota-se com a entrega das chaves ao terceiro.

3. Se o tribunal local, com base nos fatos e nas provas da causa, concluiu pela existência de nexo de causalidade entre a embriaguez do segurado e o acidente de trânsito, chegar a conclusão diversa encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 411.567/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/11/2014, DJe 10/11/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. OCORRÊNCIA. REEXAME PROBATÓRIO. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. PRECEDENTES.

1. "A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro" (AgRg no AREsp 57.290/RS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe 9/12/2011).

2. Tendo as instâncias ordinárias, à luz das provas bem como de interpretação contratual, reconhecido que a causa determinante do acidente foi o estado de embriaguez do segurado, a pretensão recursal, em sentido contrário, esbarra necessariamente nos óbices das Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 119.122/ES, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 3/9/2013, DJe 10/9/2013.)

5. Além disso, o entendimento do Tribunal *a quo* coaduna-se com a jurisprudência do STJ, segundo a qual a embriaguez exclui o direito à indenização securitária quando comprovado que o estado alcoólico efetivamente agravou o risco segurado, sendo causa determinante do acidente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 83/STJ.

1. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 535, do Código de Processo Civil/73, quando o acórdão recorrido, ainda que não examine cada

argumento suscitado, adota fundamentação contrária ao interesse do recorrente, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro.

3. O Tribunal de origem, analisando o conjunto probatório, concluiu haver prova de que o segurado estava efetivamente embriagado e que a sua embriaguez fora causa determinante para a ocorrência do acidente automobilístico que o levou a óbito.

4. Entendimento em consonância com a jurisprudência desta corte. Súmula 83/STJ.

5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no AREsp 800.902/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 21/11/2017)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/73). AÇÃO DE COBRANÇA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DO PREPARO. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. REEXAME PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 7/STJ. LIMITAÇÃO DE COBERTURA. RESTRIÇÃO DE DIREITOS. CLÁUSULA EFICAZ.

1. Inexistência de ofensa ao disposto no art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil/73, quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. Na espécie, o Tribunal a quo afastou a alegação de deserção do recurso de apelação interposto pela parte ora recorrida. Nesse contexto, alterar tal conclusão, significa adentrar no contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado nesta seara recursal, ante o óbice do Enunciado n.º 7/STJ.

3. A embriaguez do segurado, por si só, não exime o segurador do pagamento de indenização prevista em contrato de seguro de vida, sendo necessária a prova de que o agravamento de risco dela decorrente influenciou decisivamente na ocorrência do sinistro.

4. Tendo as instâncias ordinárias, reconhecido que a causa determinante do acidente foi o estado de embriaguez do segurado, a pretensão recursal, em sentido contrário, esbarra necessariamente nos óbices do Enunciado n.º 7/STJ.

5. A jurisprudência deste Tribunal Superior entende que, nos contratos de adesão, consoante o art. 54, § 4º, do CDC, a cláusula restritiva a direito do consumidor, para ser exigível, deverá ser redigida com destaque, a fim de permitir sua imediata e fácil compreensão.

6. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

7. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(AgInt no REsp n. 1.451.386/SC, Relator Ministro PAULO DE TARSO



SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/3/2017, DJe 28/3/2017)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SEGURO DE VIDA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INDENIZAÇÃO DA GARANTIA BÁSICA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. CONDIÇÃO DETERMINANTE DO ACIDENTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Em casos de acidente de trânsito, a embriaguez do segurado, por si só, não pode ser considerada causa de agravamento de risco, a exonerar, em qualquer hipótese, a seguradora. A seguradora somente fica exonerada de pagar a indenização quando demonstrado que o agravamento do risco pela embriaguez influenciou efetivamente para a ocorrência do sinistro.

4. Alterar a conclusão do Tribunal de origem, para afirmar que a embriaguez da parte recorrente não determinou a ocorrência do acidente, demanda o reexame de fatos e provas, atividade não realizável nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno desprovido.

(AgRg no AREsp n. 777.415/SP, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 3/5/2016, DJe 13/5/2016.)

Portanto, o acórdão combatido encontra-se em harmonia com o entendimento desta Corte, o que atrai a aplicação da Súmula 83 do STJ.

6. Por fim, no que concerne ao montante fixado a título de indenização por danos morais, nos termos da jurisprudência deste Tribunal, o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no presente caso. Dessa forma, não se mostra desproporcional a fixação em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos autores a título de reparação moral decorrente de acidente de trânsito que resultou em lesões físicas de moderada gravidade para as vítimas, de modo que a sua revisão encontra óbice na Súmula 7 do STJ.

7. Ante o exposto, nego provimento ao agravo em recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**

Relator